



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SAMARA GONÇALVES SANTANA**

**O CRAS E O IMPACTO DE SUAS AÇÕES NA CIDADE DE CAJAZEIRAS: ENTRE  
A TEORIA E A PRÁTICA (DE 2007 A 2013)**

**Cajazeiras**  
**2013**



**SAMARA GONÇALVES SANTANA**

**O CRAS E O IMPACTO DE SUAS AÇÕES NA CIDADE DE CAJAZEIRAS:  
ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA (DE 2007 A 2013)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

Cajazeiras  
2013



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

S232c Santana, Samara Gonçalves  
O CRAS e o impacto de suas ações na cidade de  
Cajazeiras: entre a teoria e a prática (de 2007 a 2013).  
/ Samara Gonçalves Santana. Cajazeiras, 2013.  
59f. : il.

Orientador: Rodrigo Ceballos.  
Coorientador: Isamarc Gonçalves Lôbo  
Monografia (Graduação) – UFPG/CFP

1. Centro de Referência e Assistência-Social.  
2. Assistência Social. 3. CRAS. 4. História oral.  
I. Ceballos, Rodrigo. II. Lôbo, Isamarc Gonçalves.  
III. Título.

UFPG/CFP/BS

CDU- 364-57

**SAMARA GONÇALVES SANTANA**

**O CRAS E O IMPACTO DE SUAS AÇÕES NA CIDADE DE CAJAZEIRAS:  
ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA (DE 2007 A 2013)**

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Licenciado em História e aprovada em sua forma final pelo Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores.

Cajazeiras, 13 de Agosto de 2013.

---

Professor Dr. Rodrigo Ceballos  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Prof. Ms. Isamarç Gonçalves Lôbo  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Prof. Ms. Viviane Gomes de Ceballos  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Rosemere Santana  
Universidade Federal de Campina Grande  
(Suplente)

Dedico esta Monografia a minha  
Mãe Fátima, Irmã Kelly Samira e a  
meu Pai Cícero, minha família,  
minha fortaleza.

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
BIBLIOTECA SECTORIAL  
CAJAZEIRAS - PARAIBA

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, que nas horas difíceis, foi minha força para que eu conseguisse seguir em frente e concluir essa etapa de minha vida.

A minha família, Fátima (mãe), Cícero (pai) e Kelly Samira (irmã) que foram inspiração, fortaleza, amor, apoio, e principalmente incentivo para que eu continuasse, pois sem estes eu não concretizaria este trabalho.

A meu orientador Rodrigo Ceballos, que me recebeu como orientanda e me conduziu para a consolidação deste trabalho.

A todos os professores do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande do Campus de Cajazeiras que ampliaram os meus conhecimentos.

A banca examinadora deste trabalho, que gentilmente se disponibilizaram para me avaliar.

As pessoas pesquisadas que me maneira muito agradável me receberam e contribuíram para a minha pesquisa.

Aos meus colegas de turma que embarcaram no curso junto comigo e apesar das dificuldades continuaram firmes e fortes.

A todos os meus familiares e demais amigos que das mais variadas formas acreditaram na minha capacidade e me ajudaram a concluir esse curso.

A todos que tiveram contribuição nesta obra, o meu sincero agradecimento.

Muito obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho que tem como título "O CRAS e o impacto de suas ações na cidade de Cajazeiras: entre a teoria e a prática (de 2007 a 2013)", teve como principal objetivo realizar uma análise da atuação do Centro de Referência de Assistência Social perante o público assistido na cidade de Cajazeiras – PB. A princípio realizamos a trajetória histórica do surgimento das políticas públicas, das lutas e reivindicações por parte da sociedade para que elas fossem implementadas e o processo de afirmação quando já colocadas em prática. A motivação para a realização desta obra resultou da inquietação em analisar as ações que o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) desenvolve e seus impactos na vida dos que necessitam desse serviço. No que se refere à metodologia utilizada, nos embasamos no conceito de Matos e Senna (1989), os quais afirmam claramente que história oral é um método de pesquisa através da realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam algo real. É uma metodologia muito importante para a elaboração de um trabalho historiográfico, pois nem tudo encontramos escrito, sendo assim é necessário entrevistar pessoas que tenham testemunhados ou vividos acontecimentos para construirmos a história e ela não se perca no tempo. Esta pesquisa foi realizada no CRAS do Bairro São Francisco, em Cajazeiras no mês de agosto de 2013, com um roteiro de questões tanto profissionais como pessoais, munido de um gravador eletrônico para registrar as respostas das duas entrevistadas, a assistente social e a psicóloga. Desse modo descrevemos a história do surgimento das Políticas Públicas, das Políticas Sociais e da Política de Assistência Social, enfatizando o processo de luta dos menos favorecidos para a consolidação dessas políticas. Destacamos também a questão da Proteção Social Básica, na qual está inserida o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), a história de Cajazeiras e também do local que se deu a pesquisa. Por último, falamos um pouco sobre história oral, em seguida fizemos a análise dos dados, citando a localização, abrangência, e estrutura do CRAS, enfatizando o atores pesquisados e suas falas. Dessa forma, mediante as análises, esperamos contribuir para o aperfeiçoamento das ações realizadas no CRAS.

Palavras-chave: CRAS Cajazeiras (PB), Assistência Social, História Oral.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 01</b> - Vista de satélite da localização do CRAS .....	39
<b>Imagem 02</b> - Foto da Rua onde está localizado o CRAS.....	40
<b>Imagem 03</b> - Foto do prédio do CRAS .....	41

## LISTA DE SIGLAS

- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- CAPS TM** - Transtornos mentais em adultos
- CAPS Ad** - Especializados em drogadictos e viciados em substâncias química
- CAPSi** - Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
- CLT** - Consolidação das Leis Trabalhistas
- CRAS** - Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS** - Centro de Referência da Assistência Social
- EC** – Emenda Constitucional
- FUNDAC** - Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
- IAPs** - Instituto de Aposentadorias e Pensões
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFPB** - Instituto Federal da Paraíba
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- LBA** - Legião Brasileira de Assistência
- LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social
- MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MP** - Medida Provisória
- NOB** - Norma Operacional Básica
- OCDE** - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONG'S** - organizações não governamentais
- PAIF** - Programa de Atenção Integral a Família
- PBF** - Programa Bolsa Família
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNAS** - Política Nacional de Assistência Social
- PSF** - Programa de Saúde da Família
- SUAS** - Sistema Único da Assistência Social
- SUS** - Sistema único de Saúde
- UFCG** - Universidade Federal de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I - Percurso histórico sobre o surgimento das políticas públicas, das políticas sociais e da trajetória da política de assistência social</b>	
1.1 - História do surgimento das Políticas Públicas.....	13
1.2 - Políticas Sociais: Breve histórico.....	18
1.3 - Trajetória histórica da Política de Assistência Social.....	24
<b>CAPÍTULO II – Centro de Referência de Assistência Social inserido na política de proteção social básica</b>	
2.1 - Proteção Social Básica.....	29
2.2 - Centro de Referência de Assistência Social.....	32
2.2.1-Centro de Referência de Assistência Social do município de Cajazeiras.....	35
<b>CAPÍTULO III – Metodologia trabalhada e análise dos dados</b>	
3.1 - Metodologia aplicada: história oral.....	38
3.2 - Localização, abrangência, estrutura e ações do CRAS.....	39
3.2.1 - O assistente social.....	44
3.2.2 - O psicólogo.....	47
3.3.3 - Os usuários.....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>54</b>
<b>SITES CONSULTADOS.....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado “O CRAS e o impacto de suas ações na cidade de Cajazeiras: entre a teoria e a prática (de 2007 a 2013)”, tem como objetivo principal realizar uma análise da atuação do Centro de Referência de Assistência Social perante o público assistido na cidade de Cajazeiras – PB.

No decorrer do nosso trabalho, mostramos o surgimento das políticas públicas e sua trajetória, enfatizando o avanço que tivemos desde o processo da Ditadura Militar, passando pela promulgação da Constituição Federal, a implementação de leis, chegando até ao surgimento da Política de Assistência Social que assegurou para os cidadãos vários direitos assistenciais.

Dando continuidade aos desdobramentos dessa trajetória histórica, realizamos também a história do município de Cajazeiras, cidade onde está localizada o CRAS que pesquisamos e conseqüentemente as ações assistenciais que o centro realiza, fazendo um contraponto com o que é proposto na teoria.

A motivação para a realização deste trabalho resultou da importância de analisar ações que o CRAS desenvolve e seus impactos na vida dos que necessitam desse serviço assistencial.

Com relação aos procedimentos metodológicos, destacamos que foi utilizada a história oral, que se caracteriza como um método muito importante para o desenvolvimento de um trabalho historiográfico, afinal, nem tudo encontramos em documentos escritos, precisamos também consultar pessoas que tenham testemunhado e vivido acontecimentos. Para entendermos essa metodologia, nos embasamos no conceito de Matos e Senna (1989), os quais afirmam que história oral é um método de pesquisa através da realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam algo real.

Nossa pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado no bairro São Francisco, na cidade de Cajazeiras, no mês de agosto de 2013 com um roteiro de questões, munido de um gravador eletrônico para registrar a voz das duas entrevistadas, a assistente social e a psicóloga.

Estruturamos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro realizamos um percurso histórico sobre o surgimento das políticas públicas, sua elaboração e também implementação. Assim, buscamos inicialmente colocar o conceito, o qual aponta que Políticas Públicas são ações do governo que atendem as diferentes demandas da sociedade. Posteriormente falamos sobre política social, e para enfatizar a respeito, nos embasamos principalmente nas autoras Behring e Boschetti (2007), as quais afirmam que sua origem consiste em um processo lento, diferenciando de governo para governo, por causa das formas de organização e reivindicação da população. Para finalizar este capítulo, fizemos um percurso histórico da Política de Assistência Social, que teve sua origem fundamentada para ajudar as famílias que necessitam, assegurando pelo menos os “mínimos sociais” para a sobrevivência humana.

No segundo capítulo, debatemos sobre a Proteção Social Básica, que é destinada às pessoas que estão vivendo em situação de vulnerabilidade social devido à falta de recursos. Em seguida, destacamos de maneira geral sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é um equipamento estatal, na maioria das vezes localizado em áreas de muita concentração de pobreza e destinado para as pessoas que necessitam de assistência básica. Ainda neste capítulo, enfatizamos a história do município de Cajazeiras, o processo histórico do CRAS, suas ações, equipe de referência e rede de articulação intersetorial.

Para finalizar o trabalho, no terceiro capítulo, a princípio colocamos o conceito de história oral e a importância dessa metodologia para um trabalho historiográfico. E por último, descrevemos toda a nossa pesquisa realizada no CRAS, fazendo um contraponto entre a teoria e as práticas das ações, destacando as perguntas indagadas e as falas das nossas entrevistadas, dando ênfase também para algumas fotos dentro do contexto da pesquisa.

Por fim, esperamos com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que foi um resultado de estudos e pesquisas, contribuir para estimular o interesse e uma maior compreensão a respeito da temática e para o fortalecimento do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras – PB.

## CAPÍTULO I

### PERCURSO HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### 1.1 História do surgimento das Políticas Públicas

A discussão que envolve o tema “Política Pública” é atualmente abordada por inúmeros estudiosos da área, devido ao tamanho de sua importância para a sociedade. Desta forma, realizamos uma exposição primeiramente sobre o conceito, e em seguida uma pequena trajetória sobre a origem das Políticas Públicas e o processo de sua elaboração e implementação no Brasil.

De acordo com o autor Clementino (2011), Políticas Públicas define-se como as ações que os governantes fazem para dar respostas às diversas demandas da sociedade, às quais são elaboradas por especialistas de cada área.

Nesse sentido, Política Pública pode ser considerada como um sistema de decisões públicas voltadas para ações preventivas e de melhoramento da conjuntura social, através de estratégias de ação, levando em conta também os recursos disponíveis para conseguir atingir os objetivos traçados.

De acordo com Saravia (apud CLEMENTINO, 2006), aponta-se quatro características: a primeira delas é que a Política Pública é institucional, ou seja, é feita ou decidida por uma autoridade legalmente constituída. A segunda característica é decisória, pois são na verdade escolhas, decisões de problemas específicos. Em seguida, vem a característica comportamental, que se refere à ação ou mesmo à inação, isto é realização de algo que beneficie a população ou não. E por último citaremos a Política Pública com a característica de “causal”, ou seja, ações simples que possuem determinados efeitos na realidade.

Depois de mencionar brevemente o conceito de Políticas Públicas, torna-se mais compreensível o entendimento do assunto a ser aqui abordado.

A partir deste instante iremos enfatizar sobre o processo de surgimento e construção das Políticas Públicas no Brasil, que no ano de 1980 segundo Clementino (2011) as políticas elaboradas e implementadas tinham como principal eixo a centralização decisória e financeira apenas na esfera federal. Assim, os estados e municípios ficavam apenas como meros executores das idéias formuladas pelo governo federal.

Nesta época de 1980 era um período em que passávamos pela Ditadura Militar, no governo de João Batista de Oliveira Figueiredo, que assumiu a Presidência da República através de uma eleição indireta em 1979, ano em que foi aprovada a Lei de Anistia, lei esta, que teve seus pontos positivos: beneficiou os cidadãos destituídos de seus empregos e permitiu o retorno de pessoas exiladas ao país, entre tantos outros benefícios. (REGAL – coordenador geral, 2001).

Neste governo, pode-se presenciar vários acontecimentos no âmbito econômico, dentre eles podemos destacar o esgotamento do modelo econômico adotado pelos governos militares, o congelamento das importações de petróleo e a criação do Conselho Nacional de Energia.

Retomando a discussão sobre Políticas Públicas, estas, com o passar do tempo, ficaram marcadas pelo caráter setorial, ou seja, algumas políticas ganhavam mais atenção do Estado em detrimento de outras, ocorrendo assim o fato de exclusão em determinadas áreas como, por exemplo, educação, saúde, habitação, entre outras.

No decorrer do processo de construção das Políticas Públicas, explanaremos também sobre a questão da exclusão da sociedade civil na formulação delas, surgindo assim os movimentos sociais que reivindicavam participação da sociedade nas decisões do governo.

Nesse aspecto, DAGININO et. al. (2004) cita a questão de que os movimentos sociais se originaram no Brasil entre 1970 e 1980, objetivando a reivindicação de políticas que beneficiassem a população, aliás, esses movimentos tiveram tanta força que não somente foram criadas Políticas Públicas, mas também leis e estatutos, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente criado em 1990 para defender os direitos das crianças e adolescentes de até 18 anos de idade.

Esses movimentos constituíram-se justamente durante a Ditadura Militar, período de governo autoritário e de poder centralizado, que foi desde os anos de 1964 até 1985. Durante a ditadura, havia muita repressão, violência e morte das pessoas que se manifestavam contra o regime.

Conforme Bacelar (2003) o que caracterizava o Brasil nesta época de ditadura era basicamente seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e acima de tudo autoritário, pois não se constituía um Estado de Bem-Estar Social, voltado para Políticas Públicas que beneficiassem a população. Na realidade, era uma política voltada para a economia.

Neste período de Ditadura Militar, sobretudo nos anos de 1970 e 1980, conforme citado acima, apesar de toda repressão, a população reivindicava várias políticas, dentre elas, descentralização de poder, democracia, liberdade de expressão, eleições diretas, entre outras ações.

Com a abertura política e o surgimento dos movimentos sociais e reivindicações da população foram criados vários conselhos. Por exemplo, foi criado o Conselho da Mulher e o da Criança e do Adolescente, a fim de ampliar os espaços de opinião da sociedade civil em relação a determinados assuntos, que dizem respeito à própria sociedade. Como aponta DAGININO et. al. (2004):

Não quero dizer um processo de entrada no Estado, nem acho que o Estado tenha chamado os movimentos, mas houve aí uma relação que significou realmente uma nova maneira de abrir espaços e um novo modo de gerenciar as políticas públicas. (DARGININO, 2004, p. 87).

Conforme a citação acima, o Estado aos poucos foi abrindo espaço para diálogo com a sociedade. Esse espaço se fazia através de conselhos e movimentos oficializados para que o governo ouvisse a população e suas demandas, tendo assim uma nova forma de fazer e implementar Política Pública.

Esses espaços que foram surgindo timidamente entre o governo e a sociedade eram ainda considerados falhos e escassos, afinal, ainda estávamos no período ditatorial, nos governos de Ernesto Geisel e Figueiredo, últimos presidentes a governar o país na Ditadura Militar.

Neste contexto, Clementino (2011) cita que as Políticas Públicas brasileiras atingiram um caráter corporativista e clientelista, ou seja, as políticas somente eram elaboradas e implementadas através de um sistema de interesses econômicos e sociais, com trocas de favores, sobretudo políticos, entre os governantes e a população beneficiada, cabendo também interesses do mercado.

Já no final de 1980, com o processo de redemocratização brasileira, culminada pela Constituição Federal, foi colocada em destaque a descentralização e também a participação dos cidadãos na formulação das Políticas Públicas. Essa descentralização e participação diz respeito à questão de que a formulação das políticas e dos programas sociais deixa de ser apenas centralizado na esfera federal, conforme já citado, e passa a ser também competência dos Estados e municípios, ou seja, há assim, uma redistribuição do poder de implementação e fiscalização das ações governamentais.

Nesse aspecto, no ano de 1988, foi promulgado a Constituição Federal, chamada também Constituição Cidadã, reforçando o caráter descentralizador e democrático do Estado brasileiro, garantindo assim um sistema de proteção social amplo, destinado a reduzir as desigualdades econômicas e também sociais. Dessa forma, o título II, do capítulo II, artigo 6º, dispõe que:

São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (EC nº 26/2000)

Nos anos de 1990, surgiram novos atores que entram em cena na formulação e implementação das Políticas Públicas, os quais dividem o papel do estado nesse processo. Esses atores são a própria sociedade civil juntamente com o setor privado.

Assim, procura-se substituir o modelo estatal por um modelo em que o Estado deixa de ser o único e exclusivo detentor de formulação e implementação de Políticas Públicas, dividindo, desta forma, a responsabilidade dos serviços juntamente com a sociedade civil, implementando parcerias entre Estado e sociedade.

Dessa forma, é necessário ter muita cautela, pois segundo muitos estudiosos, vem a proporcionar uma certa “desresponsabilização” por parte do Estado dos serviços públicos, ou seja, o que é dever apenas do Estado, transforma-se em dever da sociedade através de iniciativas privadas e desta maneira muitos serviços que deveriam ser gratuitos passam a ser pagos. Portanto essa divisão de tarefas entre Estado e sociedade deve ser enfrentada com muito cuidado.

Para esclarecer um pouco sobre essa questão tomaremos como exemplo a política de segurança, ou seja, o Estado é o responsável por manter nossa segurança, nosso bem estar, através das forças de segurança que podemos chamar de polícias, e quando essa segurança é falha, recorremos a segurança particular, através de homens pagos, cercas elétricas, câmeras, entre outros recursos que possam nos fazer mais seguros. Então, partindo dessa lógica, a segurança pública acaba virando uma segurança privada, para sentirmos seguros de violência é necessário pagarmos, pois o Estado sozinho não dá de conta desse setor.

De acordo com Rua (apud Clementino, 1998) ao realizar uma pequena análise das Políticas Públicas no Brasil, podemos identificar vários aspectos inseridos nelas, a começar o fato da fragmentação.

A fragmentação refere-se à questão de no momento em que as Políticas Públicas são elaboradas até chegar à implementação delas, o percurso é longo e às vezes durante a trajetória elas acabam se perdendo no meio do caminho. Ou seja, acabam sendo colocadas em prática de maneira fragmentada. Assim, na esfera em que a política é pensada até a realidade local em que ela é implementada, muitas vezes acabam se fragmentando, seja referentes a recursos, linhas de atuação, público alvo, entre outros aspectos que possam enfraquecer a política.

Rua (apud Clementino, 1998), aponta mais um aspecto no processo de implementação, que é o da descontinuidade. Segundo o autor, a elaboração das políticas na maioria das vezes são feitas por pessoas que ocupam cargos em agências, onde não são efetivas. De tempos em tempos essas pessoas acabam deixando seus cargos, e essa mudança provoca algumas alterações nas políticas que já estão em andamento, pois quando um novo gestor entra em um novo cargo, provavelmente uma nova concepção entrará em ação.

Para finalizar essa discussão, um outro aspecto recorrente nas Políticas Públicas, sobretudo nas Políticas Sociais é com relação às decisões das quais são planejadas partindo do pressuposto apenas da oferta e esquecendo das demandas. Então, esse descompasso acaba provocando certas lacunas e até mesmo desperdícios de recursos, além da perda da credibilidade do governo. (CLEMENTINO, 2011).

Muitas vezes isso ocorre quando não se considera a cultura de cada região, onde uma política é planejada e implementada em todo país de maneira igual, não considerando as particularidades de cada região brasileira. Por exemplo, a política de saúde, pois alguns programas na área da saúde do Brasil são implementados de maneira igualitária em todo território nacional, quando na realidade deveria haver uma diferenciação, pois a conjuntura da população da região Norte é diferente da população do Sul do país. Para sermos mais particulares, com relação às vacinas, o Norte necessita de um tipo de vacina e o Sul não necessariamente, devido aos tipos de doenças que cada região desenvolve com maior índice.

Em linhas gerais, podemos afirmar que as formulações das Políticas Públicas percorrem um longo processo até chegarem aos dias atuais, às quais abrangem mediações bastante complexas, envolvendo setores sócio-econômicos, culturais e políticos, que movimentam as esferas federal, estadual, municipal e também a iniciativa privada.

## **1.2 Políticas Sociais: Breve histórico**

As Políticas Sociais não surgem de uma hora para outra. Pelo contrário, elas se originam através de um longo processo de luta das classes trabalhadoras, que reivindicam constantemente seus direitos e ações do governo que beneficiem a população, principalmente a população carente que o Estado muitas vezes tapava os olhos e fingia não ver os problemas existentes.

Anteriormente descrevemos o processo de construção das Políticas Públicas no Brasil, agora iremos apontar a formação das Políticas Sociais que iniciou primordialmente em outros países, só mais tarde é que veio para o Brasil. Portanto, citaremos primeiramente os movimentos que ocorreram fora

do nosso país, e posteriormente explanaremos como ocorreu o percurso de formação das Políticas Sociais no Brasil, expondo as datas dos acontecimentos para uma melhor historicização.

Nesse sentido, de acordo com Machado (1988) e Kyosen (1998), a Política Social é descendente das formações econômico-sociais capitalistas de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas com o modo de produção capitalista.

Assim, segundo as autoras Behring e Boschetti (2007), a origem das Políticas Sociais consiste em um processo gradativo, que se diferencia de governo para governo, devido às formas de organização e pressão dos trabalhadores.

Se políticas são ações governamentais, então elas não se dão de forma igualitária em todos os lugares do mundo, afinal, na maioria dos casos essas ações só são implementadas quando a população decide reivindicar por elas, e essas reivindicações se dão de forma diferenciada de acordo com a realidade de cada lugar.

Nesse sentido, Behring e Boschetti (2007), apontam que as primeiras iniciativas de Políticas Sociais no mundo se dão entre as relações do Estado liberal, que se referia à liberdade do indivíduo perante o Estado no âmbito da divisão dos três poderes, o qual não resolvia os problemas sociais, e Estado social que busca superar a igualdade política e a desigualdade social tornando acessíveis os direitos ao trabalho, a educação e resolvendo a problemática do desemprego, entre outras questões que assolavam o Estado.

Todavia, não havia ruptura entre ambos, mas uma transformação, em que o Estado amenizou alguns princípios liberais e recebeu orientações social-democratas.

No entanto, a mobilização dos trabalhadores fora de fundamental importância para a mudança do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX, mobilizações estas, baseadas na autonomia humana e divisão da riqueza. Os trabalhadores conseguiram o direito ao voto e a organização dos sindicatos e partidos. Porém, tais conquistas não conseguiram romper com o sistema capitalista.

[...] não houve ruptura radical entre Estado liberal predominantemente no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais (PISÓN apud BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 63).

Nesta perspectiva, faz-se necessário retrocedermos ao século XVII, na Inglaterra, mais precisamente no ano de 1688 com a Revolução Gloriosa que foi de natureza liberal. Posteriormente no ano de 1776 veio a Revolução Americana, considerada como um marco do liberalismo e do Direito Constitucional, e em seguida, em 1789 ocorreu a Revolução Francesa.

Esses três grandes acontecimentos significam o surgimento do liberalismo clássico, o qual pode ser visto na perspectiva econômica, quando o Estado não pode interferir na economia e na perspectiva política, significa de forma geral a democracia.

Dentro do contexto do Liberalismo, a burguesia emergente lutava a favor de que o Estado era obrigado a proteger a vida, a propriedade privada e a liberdade.

Neste aspecto, conforme Behring e Boschetti (2007) o modelo liberal emerge como uma ideologia a favor do sistema capitalista para adaptar o Estado ao surgimento do capitalismo, superando o modelo absolutista. Isto foi possível devido o liberalismo ter introduzido dois importantes elementos para o desenvolvimento de uma sociedade, que foram o capitalismo e a democracia.

Sendo assim, o auge desse modelo foi durante o século XIX, havendo então uma facilidade de abertura dos mercados. Porém, no começo do século XX o liberalismo começou a declinar de forma gradativa, com a queda da bolsa de valores de Nova York no ano de 1929.

Vale ressaltar que se retrocedermos um pouco, podemos citar o que aconteceu na Rússia em 1917, a chamada Revolução Russa, a qual trouxe o socialismo como novo modelo alternativo estatal, e este permaneceu durante um longo tempo, porém também acabou.

Ainda no século XX, por volta de 1985, o modelo liberal retomou sua importância, porém sob a doutrina do neoliberalismo, que se tornou a doutrina ideológica hegemônica do período da globalização. Nesta perspectiva, o

neoliberalismo foi o resultado de pressões externas e internas do mercado, sendo que a primeira pressão foi devido à estrutura do capitalismo internacional, o qual foi criado pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial.

O Brasil só veio a realizar as privatizações, a dependência de investimentos externos, a liberação da economia para o mercado internacional, entre outras, após algum tempo, ao passo que alguns países sul americanos já tinham iniciado. Tais medidas são típicas do modelo neoliberal, em que a economia não está livre, pois o Estado intervém enquanto agente regulador, estabelecendo as regras.<sup>1</sup>

Como aponta Behring e Boschetti (2007), preocupado em conhecer a crise de 1929 popularmente conhecida como a Grande Depressão, da qual causou muitos desempregos, quedas do PIB (Produto Interno Bruto) e da produção das indústrias, entre outras mazelas, se caracterizando como o pior período de recessão econômica, o grande economista e teórico John Maynard Keynes (1883-1946), defendia a idéia de que deveria haver uma maior intervenção estatal na economia.

Keynes rompia parcialmente com os princípios liberais, afirmando que o Estado adotando a teoria Keinesiana, tornaria-se um produtor e regulador, o que não quer dizer que descartaria o sistema capitalista ou a defesa da socialização dos meios de produção.

Neste contexto, surge o termo Welfare State, que traduzindo para a nossa língua significa Estado de Bem Estar Social. Como enfatiza Pereira (2008), foi originado na Inglaterra, se constituindo como um modelo de intervenção estatal na economia de mercado, adotado depois da Segunda Guerra Mundial, nos principais países europeus inclusive na França, ganhando um caráter amenizador de conflitos e se responsabilizando por dar proteção e oferecer serviços públicos à população.

Apesar de ter surgido na Inglaterra, o Welfare State se espalhou por vários países, e conforme Medeiros (2001) no Brasil o Estado de Bem Estar

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.unicap.br/Neal/artigos/Texto8AndreRegis.pdf>, acessado em 19 de junho de 2013.

Social surge para regular aspectos referentes à organização dos trabalhadores assalariados no setor industrial.

O Welfare State, segundo Behring e Boschetti (2007) possui três elementos que marcam o topo das Políticas Sociais. O primeiro é o aumento do orçamento social nos países europeus que faziam parte da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico); o segundo elemento é o crescimento da população idosa, devido ao crescimento nas despesas de saúde e aposentadorias; e o terceiro e último elemento é o crescimento de programas sociais.

Embora originado na Inglaterra, o termo Welfare State foi mais marcante na França, onde foi-lhe atribuído o nome de Estado Providência, remetendo-se ao século XIX, como um Estado Providencial.

Ao fazer referência sobre o Estado de Providência na França, Mota (2008) remete-se ao tão celebrado pensador social-democrata Pierre Rossanvallon, que publicou a obra "Nova questão social" (1998).

Segundo o autor é necessário criar novas bases de solidariedade e redefinir novos direitos sociais, pois a crise no Estado Providência afetou o modelo de proteção que vigorou até meados dos anos de 1980.

De acordo com Mota (2008), que embasou-se em Rossanvallon, os novos fenômenos que acontecem na sociedade francesa, indicativos das novas desigualdades sociais, não estão se encaixando nas antigas formas de exploração. A partir de então, a sociedade sentiu-se obrigada a criar novas formas de inserção, reinventando a definição do que é justo e equitativo, pois o aumento do desemprego, da violência, das más condutas e da pobreza em geral, são responsáveis pela nova questão social que emerge.

No contexto atual, como afirma Behring e Boschetti (2007) devido o surgimento dos novos fenômenos que acontecem, sobretudo no que diz respeito ao mundo do trabalho, foi introduzida no Brasil a partir de 1930 a Política Social, da qual se deve em relação ao trabalho, devido à cobertura de riscos de acidente nos serviços, sendo então concedidos aposentadorias e pensões, auxílio doença e maternidade, auxílio à família e ao desemprego. Neste contexto foi criado o Ministério do Trabalho e mais tarde em 1932 a carteira de trabalho, concedendo a população, que tivesse esse documento, os direitos acima citados.

Em 1933 foi criado o IAPs (Instituto de Aposentadorias e Pensões), que visava fazer cobertura da capacidade laborativa, bem como velhice, morte e doenças. Os benefícios do IAPs eram repassados de acordo com a contribuição.

Apesar de muitas políticas conquistadas foi no final dos anos 80 e início de anos 90 que elas sofreram uma reestruturação devido ao processo de acumulação capitalista, pois nesse período, as políticas foram sendo reordenadas e subordinadas à economia e ao neoliberalismo, virando então programas sociais limitados e focalizados apenas para combater a pobreza. Ou seja, com essa reestruturação, foi levado em consideração apenas o fator econômico, deixando de lado a realidade da demanda, não se importando com as necessidades da população, visando apenas a economia (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

É necessário também deixar claro que a focalização de Políticas Sociais também diz respeito à necessidade do governo estabelecer prioridades de ações, levando em conta a questão dos recursos disponíveis, pois quando se tem uma meta ou um foco, o trabalho se torna mais eficaz e rentável.

Neste aspecto, Farah (apud CLEMENTINO, 2006), afirma que a atuação do Estado no final dos anos 80 e início dos anos 90 procurava trabalhar na perspectiva de quatro pontos, dentre eles estão a: descentralização e participação; prioridades de ação; busca de novas formas de articulação com a sociedade e o mercado; e por último a introdução de novas formas de gestão.

No entanto, podemos considerar um período desfavorável para as Políticas Sociais, porque elas sempre estavam em segundo plano, sendo submissas ao capitalismo. Pois os gestores formulavam cada vez mais políticas bastante seletivas com o propósito de alienar a população, deixando-a dependente.

Assim, sabemos que a Política Social no Brasil está dentro de um processo ambíguo, entre o Estado e a sociedade, se caracterizando pela pouca efetividade social e subordinação à economia, obtendo um formato de políticas fragmentadas e na maioria delas eventuais, garantindo apenas um atendimento precário aos seus usuários (YASBEK, 2007).

A partir dessa discussão, entendemos que o processo de luta por implementação de Políticas Sociais não foi em vão, porém, estas vieram

sempre depois da economia, e assim obtiveram um caráter de políticas bastante precárias.

Como afirmam vários autores, estas políticas fragmentadas e seletivas, ao mesmo tempo que a Política Social inclui a população necessitada, ela também exclui com o processo de seletividade e focalização.

### **1.3 Trajetória histórica da Política de Assistência Social**

A construção da Política de Assistência Social é fruto de muita luta da população, sobretudo da classe trabalhadora que acordou e começou a reivindicar por políticas que os beneficiassem, principalmente a Política de Assistência Social.

Nesse sentido, realizamos um sintético percurso sobre o surgimento e a promulgação dessa política, que começa com o sistema capitalista, perpassando por algumas leis que foram criadas, até chegar à Constituição Federal Brasileira, a qual deixa bem claro que a Assistência Social é uma política originada para ajudar as pessoas que dela necessitam, assegurando pelo menos os “mínimos sociais” para a sobrevivência. Esse mínimos sociais, refere-se à questão que para sobrevivermos dignamente precisamos de ter pelo menos as condições mínimas, seja de um teto, vestes, alimentação, e outros fatores que sem eles atualmente não conseguíamos viver como cidadãos.

Neste aspecto, a trajetória da Política de Assistência Social perpassa um longo período, e tudo começa desde o século XIX com o sistema capitalista, que agravou as condições de vida de boa parte da população devido à exploração da força de trabalho, levando os operários a reivindicarem por seus direitos.

Sendo assim dentro da lógica do capital, o trabalhador operário tem que estar sempre submisso ao capitalista, assumindo um caráter mercantil, perdendo assim sua cidadania. (Behring e Boschetti, 2007).

Seguindo o raciocínio das mesmas autoras, foi criado em 1940 a LBA (Legião Brasileira de Assistência), com o intuito de atender as famílias dos envolvidos na Segunda Guerra Mundial, porém a cada dia essa instituição vai perdendo esse caráter assistencialista. Seguindo mais adiante, no ano de 1943

foi criado a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), regulamentando os direitos dos cidadãos.

Nesse contexto da trajetória da Política de Assistência Social, das mais variadas transformações, que ocorreram na década de 1980, sobretudo, entre os anos 85 e 86, foi o suporte, reforçando os programas de caráter emergenciais no âmbito da suplementação alimentar, da reforma agrária e do seguro-desemprego, na agenda do governo e a instituição de grupos de trabalho e comissões setoriais (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Com relação ao legislativo houve portanto a promulgação da nova Constituição Federal em outubro de 1988. Percebe-se muitos progressos referentes à Política de Assistência Social no âmbito da seguridade social, em que ampliou-se os direitos do cidadão, principalmente na área trabalhista.

Dando prosseguimento, no que se refere à política de seguridade social, a Constituição Federal esclarece que esta foi criada para amparar e ajudar o indivíduo e seus familiares, assegurando pelo menos os mínimos sociais.

É uma política composta por mais três políticas, bem como: saúde (que se constitui por serviços sem exigência de contribuição); previdência (através de benefícios tendo um caráter contributivo); e assistência por benefícios e serviços (sendo não universal, não contributivo, porém restrita à população em situação de vulnerabilidade).

A Constituição institui a assistência social como política pública e, portanto, como direito social, sob o princípio da universalidade do acesso, com a finalidade de inserir a população no sistema de bem-estar brasileiro. Tem por pressuposto o reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus beneficiários e usuários, no contexto da assistência social. Define-se, assim, como política de proteção social, articulada, com as demais políticas de garantia dos direitos sociais (SIMÕES, 2008, p.185).

A terceira política da seguridade social, que é a assistência, tem um caráter de proteção social e foi regulamentada pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

No ano de 1993 foi promulgada a LOAS que dispõe sobre a organização da assistência social e outras determinações, a qual esclarece que a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado. Ela é uma

Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, MDS, 2010).

Contudo inicia-se o processo de construção da gestão pública e participativa da assistência social através de conselhos deliberativos e paritários nas esferas federais, estaduais e municipais.

Assim, a LOAS determina que a assistência social seja organizada em um sistema participativo e descentralizado, constituído pelo poder público e também pela sociedade civil. A partir de então, no ano de 2003 em Brasília, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, e como fruto desta surgiu o SUAS (Sistema Único da Assistência Social).

Neste contexto, podemos afirmar que a assistência social é parte integrante do SUAS, que é um sistema descentralizado, democrático e participativo, que regula e organiza os serviços, projetos, programas e benefícios sócio-assistenciais, continuados ou eventuais, executados por pessoas jurídicas de direito público integradas com iniciativas da sociedade civil. E ainda articula os recursos das três esferas de governo para a execução da Política Nacional de Assistência Social.

De acordo com Simões (2008), o SUAS (Sistema Único da Assistência Social) consolida definitivamente a PNAS (Política Nacional de Assistência Social), tendo como funções assistenciais: a proteção social da qual se divide em básica, que incide na família, que embora esteja em situação de vulnerabilidade os direitos não foram violados; e especial a qual se divide em média complexidade em que os direitos já foram violados, porém ainda mantém os vínculos familiares, e alta complexidade quando os direitos e os vínculos já foram violados.

A segunda função assistencial do SUAS é a vigilância social que consiste no desenvolvimento da capacidade de diagnóstico e de gestão assumida pela instituição gestora para conhecer as famílias que vivem em vulnerabilidade social.

E como última função tem-se a defesa dos direitos sócio assistenciais, operacionalizado pelo próprio SUAS.

O marco inicial da implantação do SUAS, foi a NOB (Norma Operacional Básica), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, através da resolução Nº 130 de 15/07/2005 (SIMÕES, 2008).

Sendo assim, no ano de 1997 foi editada a NOB (Norma Operacional Básica) que conceitua o sistema descentralizado e participativo, amplia o âmbito de competência dos governos Federais, municipais e estaduais e institui a exigência de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para o município ter o direito de receber recursos federais (NOB/SUAS, 1997).

Já em 1998 surge a nova edição da NOB, nesta diferencia serviços, programas e projetos, ampliando as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e criando os espaços de negociação e pactuação - Comissões Intergestoras Bipartite e Tripartite, que reúnem representações municipais, estaduais e federais de assistência social (NOB/SUAS, 1998).

Esta nova edição da NOB foi um grande avanço para a assistência social, no que diz respeito aos espaços de negociação, pois nela efetiva-se um processo participativo e democrático visando a implementação e consolidação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no Brasil.

No que se refere ao âmbito jurídico-institucional, o SUAS procura operacionalizar uma política de caráter público, descentralizado e também participativo, pois sua organização diz respeito à territorialidade da qual tenta superar a fragmentação das ações, alcançar a universalidade de cobertura dos serviços, possibilitar um planejamento mais real, monitorar a rede de articulação dos serviços, e por fim vigiar as exclusões, as quais estão presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais.

Continuando o percurso histórico, no ano de 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), com o propósito de promover a inclusão social, a alimentação, a assistência integral e uma renda mínima às famílias que vivem em situação de miséria e pobreza.

O MDS é um órgão que implementa vários programas e Políticas Públicas de desenvolvimento social. Como afirma Simões (2008), a assistência social se institucionaliza através deste Ministério, pela Medida Provisória (MP) Nº 163, de 23/01/2004, fortalecendo a gestão compartilhada das Políticas de Assistência Social e de transferência condicionada de renda.

Para finalizar a discussão, a autora Yasbek (2007) afirma que a Política de Assistência Social se tornou o principal caminho para o Estado alcançar as classes menos favorecidas financeiramente.

Esse caminho se faz através de uma série de serviços e programas que beneficiam a população, tais como: programas de geração de renda, profissionalização, de habitação, de atendimento a crianças e adolescentes, de atendimento aos idosos, grupos de interação, programas de transferência de renda entre tantos outros.

Trata-se de serviços diversificados, que focam na situação da chamada linha de pobreza, a qual envolve um grande número de famílias, que buscam estes serviços para suprir as necessidades materiais básicas. Essas famílias são na maioria delas caracterizadas pela dependência quase que exclusiva da intervenção do governo para sobreviver.

## CAPÍTULO II

### CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INSERIDO NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

#### 2.1 Proteção Social Básica

Antes de entrarmos no assunto que envolve o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) do município de Cajazeiras, localizado no Sertão da Paraíba, faz-se necessário, realizarmos uma explanação sobre a Proteção Social Básica, linha de atuação da Assistência Social, na qual o CRAS está diretamente inserido.

No Brasil, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, entre outras atribuições é o responsável pela gestão da Proteção Social Básica, que trabalha na perspectiva de prevenir riscos sociais por meio das potencialidades de cada indivíduo atendido, fortalecendo o vínculo com a família.

A Proteção Básica também se destina aos que estão vivendo em situação de vulnerabilidade social devido à falta de recursos financeiros que os assolam. Sendo assim, a nomenclatura de vulnerabilidade é bastante citada no decorrer do trabalho, devido à assistência social contemporânea entender que pobreza não é somente a carência de renda, mas envolve um leque de questões sociais que assolam a população carente. Portanto, abaixo está a definição da palavra.

A definição de vulnerabilidade e risco social constitui novas expressões para denominar e incluir uma multiplicidade de manifestações das desigualdades sociais, superando a noção de pobreza como exclusivamente ausência ou precariedade de renda, para ser compreendida como um fenômeno multidimensional e com diferentes modos de expressão. (TEIXEIRA, 2010, p. 287)

Segundo o MDS (2013), a Proteção Social Básica focaliza diretamente seu trabalho nas pessoas que estão enfrentando a ausência de renda, falta de

acesso aos serviços e benefícios públicos, fragilização dos vínculos familiares, entre outros.

Seus serviços são desenvolvidos diretamente pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que objetiva a inclusão social nas Políticas Públicas, e em outros serviços, que será abordado detalhadamente mais adiante.

Nesta perspectiva, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), está articulado em três esferas de governo: municipal, estadual e federal, e sua estratégia de atuação se organiza em dois âmbitos: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. (MDS, 2013).

Cabe aqui distinguir desde logo sobre essas duas proteções: a básica e a especial. A começar por esta última, a especial, que segundo Simões (2008), está distribuída em duas modalidades. São elas: de média e de alta complexidade, as quais na atuação correspondem ao nível de complexidade dos programas, projetos, benefícios e serviços oferecidos.

A primeira citada acima é a Proteção Social Básica que tem caráter preventivo e incide sobre famílias, seus membros e indivíduos, que estão em situação de vulnerabilidade social, mas seus direitos ainda não foram violados, ou seja, trabalha entre outras perspectivas a socialização de informações, através de palestras, grupos com diálogos entre profissionais e participantes, entre outros.

É de responsabilidade de todas as cidades brasileiras oferecerem à população a Proteção Social Básica, que objetiva fortalecer os vínculos familiares, interligando-os com a comunidade, a sociedade e o Estado, em três dimensões: vínculos legais, sócio culturais e afetivo-relacionais (SIMÕES, 2008).

Assim, na perspectiva de fortalecimento dos vínculos familiares e de convivência comunitária, é de fundamental importância a inclusão social das famílias no contexto comunitário. Pois segundo a Constituição Federal de 1988, no Capítulo VII, do Artigo 226, parágrafo 4: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”, ou seja, na existência de vínculos de filiação legal, de origem natural ou adotiva.

A Política de Assistência Social enfatiza bastante não somente o indivíduo, mas toda sua família, portanto, perante situações de vulnerabilidade

e risco social das famílias, faz-se necessário o amparo do Estado como também da sociedade.

De acordo com a PNAS (Política Nacional de Assistência Social), os programas e projetos de Proteção Social Básica são executados não somente pelo Governo Federal, mas também pelos Estados e municípios, os quais se articulam dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em que já foi esclarecido no capítulo anterior.

A PNAS (2004) aponta vários programas que a Proteção Social Básica trabalha, dentre eles, é o PAIF (Programa de Atenção Integral a Família), onde é executado no CRAS, que mais adiante daremos uma maior ênfase neste programa.

Após citar o PAIF, agora citaremos o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que conforme a PNAS (2004) foi um direito estabelecido diretamente na Constituição Federal, e constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, estando estabelecido na Constituição e posteriormente regulamentado através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Este Benefício é destinado às pessoas com 65 anos de idade ou mais, que não possui meios de provê sua subsistência e nem sua família.

Em seguida explanaremos sobre outro benefício que a Proteção Básica trabalha, que são os benefícios eventuais, os quais são constituídos como provisões gratuitas que visam cobrir determinadas necessidades temporárias em razão de contingências relativas a situações de vulnerabilidades temporárias, a situações de desvantagem pessoal ou a ocorrências de incertezas que representam perdas e danos (PNAS, 2004)

Os benefícios eventuais também são importantes dentro da perspectiva da assistência social, e seria necessário que todos os municípios brasileiros trabalhassem com eles, pois a população carente precisa desses benefícios, mas infelizmente nem todos trabalham com ele, sobretudo as cidades pequenas, pois muitos gestores afirmam dar prejuízo aos municípios, visto que eles também são financiados com recursos próprios.

Simões (2008) aponta que os serviços, benefícios, programas e projetos da rede de Proteção Social Básica, devem ser articulados com as demais políticas públicas locais de cada município, para que juntas possam garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas, fortalecendo a promoção das

famílias, seus membros e indivíduos atendidos, buscando sempre superar as condições de vulnerabilidade social.

Além da articulação com as políticas locais, é necessário também a parceria com a Proteção Social Especial, conforme já foi explicitado, para a efetivação dos encaminhamentos necessários.

Em fim, a proteção social básica está inserida na política de Assistência social, e atua diretamente por meio do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), o qual a partir de agora será explanado com maior clareza.

## **2.2 Centro de Referência de Assistência Social**

Depois de falar sobre Proteção Social Básica, enfatizaremos agora de maneira geral sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerado popularmente a porta de entrada das famílias carentes na Assistência Social; logo após, realizaremos uma caracterização do CRAS da cidade de Cajazeiras.

De acordo com Simões (2008), o CRAS é um equipamento estatal na maioria das vezes localizado em áreas de vulnerabilidade social, que pode cobrir a proteção de até 1.000 famílias por ano, e tem a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de Proteção Básica da política assistencial.

Esse centro deveria ser sempre localizado em lugares de muita concentração de pobreza e vulnerabilidade social, porém na maioria das cidades de pequeno porte, eles se localizam no centro da cidade, para obter abrangência em todos os bairros, para que todos os que necessitem da assistência possam buscar apoio e ajuda no CRAS.

Seus destinatários são as famílias, seus membros e indivíduos, em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Seu objetivo maior é potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, promovendo seus membros e possibilitando ações intersectoriais que visem à sustentabilidade, de modo a romper o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e evitar que as famílias, seus membros e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco (SIMÕES, 2008. p. 319)

O CRAS não atua apenas com uma única faixa etária, pelo contrário, ele trabalha com toda a família, e nesta possuem membros que vão desde crianças até anciãos, perpassando por todas as faixas etárias, incluindo deficientes, mulheres violentadas, entre outros públicos que estejam necessitando de assistência de forma preventiva.

Conforme enfatiza Teixeira (2010), o CRAS é formado por uma equipe de profissionais da Política de Assistência Social responsáveis pela implementação e o funcionamento do Programa de Atenção Integral da Família (PAIF), de serviços e projetos de proteção social básica. Estes profissionais são denominados de “equipe de referência do CRAS”, os quais são na maioria das vezes compostos por um assistente social e um psicólogo. Em relação ao número de profissionais, estes vão depender do tamanho do município.

Por exemplo, a cidade de Cajazeiras é considerada de porte médio com quase 60 mil habitantes, e no CRAS atua um psicólogo e uma assistente social.

No CRAS existe o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), que de acordo com o MDS (2013), é um programa de caráter continuado que procura trabalhar no fortalecimento de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso aos direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O PAIF objetiva a proteção a família, a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de incentivos a rendas, o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, e por fim o apoio às famílias que necessitam de serem trabalhadas individualmente através de escutas com os profissionais, as quais dizem respeito a uma conversa sigilosa entre o profissional e o usuário.

Vale salientar que no MDS (2013), deixa claro que o público alvo para receber atendimento do PAIF são os beneficiários de programas de transferência de renda, a exemplo o Bolsa Família, de benefícios assistenciais, além, é claro, de pessoas com deficiência e idosos que estão em situações de fragilidade.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) trabalha no desenvolvimento das seguintes ações, as quais citaremos agora e mais adiante explicaremos como funciona cada uma: fortalecimento de vínculos

intrafamiliares; fortalecimento da convivência comunitária; informação, orientação e encaminhamento; inserção nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede de Proteção Social Básica e das demais Políticas Públicas e sociais (SIMÕES, 2008).

O fortalecimento de vínculos intrafamiliares refere-se a trabalhar o indivíduo no sentido de valorizar sua família, tê-la como base e fortaleza, para não deixar enfraquecer a ligação com as pessoas do mesmo sangue ou do mesmo teto.

A segunda linha de ação que o CRAS trabalha é o fortalecimento da convivência comunitária, nesta os técnicos do CRAS visam à questão de que as pessoas devem fortalecer o sentido de viver em comunidade, dando valor a reuniões comunitárias, palestras, festividades, datas comemorativas, em fim tudo que envolva viver em comunidade, dentro de sua cultura local.

Agora explanaremos sobre informação, orientação e encaminhamento, os quais são as ações mais frequentes desenvolvidas nos CRAS's. Estas referem-se à questão de que as pessoas procuram o CRAS para saberem quais são seus direitos, como funcionam, como recorrerem, a partir de então os profissionais os orientam da maneira mais correta, e dependendo do caso já realizam o encaminhamento.

Por exemplo, se um indivíduo procura o CRAS devido seu filho ser dependente alcoólico, nesse instante o Assistente Social realiza a visita domiciliar, faz o cadastro na ficha de encaminhamento, entra em contato com a coordenação do Centro de Atenção Psicossocial de drogaditícios mais próximo da residência para fazer com que o indivíduo frequente a instituição e possa se livrar do vício.

A última ação citada que o CRAS trabalha é a inserção nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede de Proteção Social Básica e das demais políticas públicas e sociais. Esta ação refere-se à questão de que se uma pessoa ou a família está necessitando de inserção em algumas das linhas de ações da assistência social é dever do técnico do CRAS inseri-los, de acordo com a necessidade do indivíduo, se ele precisa de algum programa, ou de participar de algum serviço, ou projeto e até mesmo de um benefício, desde que atendam aos critérios de inserção estabelecidos em cada um deles.

Para finalizar essa discussão, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), trabalha na perspectiva de diminuir a carência material e psicológica das pessoas necessitadas, articulando uma série de serviços públicos em várias áreas, seja na saúde, educação, justiça, entre outras que em conjunto com o CRAS possam enfrentar o problema dos que precisam.

Embora muitas pessoas não tenham conhecimento do que seja e para que serve o CRAS, os profissionais da assistência estão cada vez mais difundindo a proposta deste centro, que conforme já foi citado só tem a melhorar a qualidade de vida da população carente.

Após mencionar sobre o Centro de Referência de Assistência Social, de maneira geral, agora daremos ênfase ao CRAS da cidade de Cajazeiras, local onde foi realizado a nossa pesquisa.

### **2.2.1 Centro de Referência de Assistência Social do município de Cajazeiras**

Antes de iniciar a discussão sobre o CRAS, faremos uma síntese histórica sobre a fundação do município de Cajazeiras, baseado em informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)<sup>2</sup> que é um órgão a nível nacional que realiza pesquisas para traçar o perfil do Brasil em todas as áreas.<sup>3</sup>

Segundo o IBGE, Cajazeiras tem esse nome devido a grande quantidade de árvores chamadas cajazeiras, a partir de então, de um sítio denominado "Cajazeiras", este passou a condição de Distrito pela lei provincial nº 5, de 29-08-1859, subordinado ao município de Sousa. Mais tarde no ano de 1876, foi elevada à condição de cidade com a mesma denominação.

Situada no Sertão da Paraíba e sendo uma cidade de porte médio atualmente conforme o IBGE (2010), Cajazeiras possui uma população de um total de 58.446 habitantes, e uma área territorial de 565,899 Km.

Na economia tem-se a agricultura, a pecuária e sobretudo o comércio que é bem aquecido, pois Cajazeiras é tipificada como cidade pólo, tendo vários outros municípios que acabam consumindo produtos de seu comércio,

---

<sup>2</sup>Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php> acessado em 24 de julho de 2013

inclusive municípios dos Estados vizinhos, como é o caso de Rio Grande do Norte e Ceará.

Ao referir-se a equipamentos comunitários conta-se com dois abrigos para idosos: Lucas Zorn e o Lar dos Idosos, no atendimento as pessoas portadoras de deficiência tem-se a Escola Especial Francisco de Assis, sendo esta uma Organização Não Governamental (ONG).

Ao se tratar de saúde, Cajazeiras possui duas unidades de atendimento a pacientes com transtornos mentais: o CAPS TM (Transtornos mentais em adultos) e o CAPS Ad (Especializados em drogadicotos e viciados em substâncias químicas). Há também o Hospital Regional e o Hospital Infantil. Além destes, em Cajazeiras se encontram diversas clínicas médicas particulares, e diversas postos de saúde, localizados estrategicamente nos bairros.

Com relação ao sistema educacional, de acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), através de um Censo Educacional realizado em 2012, o município conta com 67 escolas de ensino fundamental e 10 escolas de ensino médio espalhadas entre a zona urbana e rural. O município é privilegiado, pois conta com um campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CFP) e do IFPB (Instituto Federal da Paraíba). Além de outras unidades educacionais de ensino superior privadas.

Após ter realizado esta caracterização histórica e geográfica da cidade de Cajazeiras, agora falaremos sobre o Centro de Referencia de Assistência Social (CRAS) do Bairro São Francisco.

Antes de iniciarmos, é necessário esclarecer que na cidade existem dois CRAS, no entanto, explanaremos sobre o CRAS I como é popularmente chamado, o qual foi o primeiro a ser fundado na cidade.

Assim, segundo a assistente social entrevistada, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS I) foi fundado em 01 de Janeiro de 2007, localizado na Rua: Radialista Almair Furtado, no bairro Sol Nascente, mas em decorrência do local não ser propício, o CRAS mudou de endereço, para ficar mais próximo da comunidade vulnerável.

Enquanto o centro passava por reformas, fechava-se uma parceria com a Unidade de Saúde da Família do bairro São Francisco, onde foi cedida provisoriamente uma sala para os atendimentos sociais.

Após uns dias, foi reaberto a nova sede do CRAS, no dia 09 de Julho de 2009, na Rua Vitória Bezerra, no bairro São Francisco, localizado na zona sul da cidade de Cajazeiras – PB.

Conforme já explicitado anteriormente segundo o MDS (2013), o CRAS atua como a principal porta de entrada do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

Assim, o centro possui a função de prestar serviço e execução de programas sócio-assistenciais, orientações, encaminhamentos, promover grupos e oficinas, palestras com profissionais do serviço social, psicologia, educação, saúde e justiça, entre outras funções, sempre trabalhando na perspectiva de fortalecimento de vínculos e contra a pobreza.

Ainda conforme a assistente social, o CRAS do bairro São Francisco trabalha com a rede de articulação intersetorial, através de encaminhamentos e solicitações. Essa rede compreende o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que envolve o próprio CRAS, o CREAS (Centro de Referência da Assistência Social), articulação com o SUS (Sistema único de Saúde), envolvendo o PSF (Programa de Saúde da Família), o CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil), o CAPS TM (Transtornos mentais em adultos) e o CAPS Ad (Especializados em drogadictos e viciados em substâncias química), articulação com as instituições educacionais, e por fim articulação com o sistema de viabilização e garantia de direitos, bem como a Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social e o Conselho Tutelar.

Dessa forma, o CRAS não trabalha de maneira isolada, pelo contrário faz parte de toda uma rede, com várias instituições locais gratuitas de diversas áreas, com o objetivo de oferecer serviços de proteção integral às famílias.

## CAPÍTULO III

### METODOLOGIA TRABALHADA E ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.1 Metodologia aplicada: história oral

Esta pesquisa teve como procedimento metodológico a história oral, que se caracteriza como um método de suma importância para um trabalho historiográfico, pois o pesquisador necessita não apenas de documentos escritos, como também de testemunhas dos acontecimentos para o desenvolvimento e enriquecimento do trabalho, afinal a oralidade tem por finalidade complementar a escrita.

Segundo Alberti (apud Matos; Senna, 1989), podemos compreender esse método do trabalho com a história oral como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (Alberti, apud Matos; Senna, 1989, p. 52)

Esse tipo de metodologia acima citada, através de entrevistas e conversas, procura de certa maneira eternizar momentos e lembranças das pessoas que compartilham sua memória e assim permitem que as futuras gerações possam conhecer sobre o passado vivido, de uma forma mais enriquecedora.

Cabe ressaltar que essa metodologia trabalhada abrange e valoriza a questão de que a história oral recebe influências de várias disciplinas, abrangendo o universo da psicologia, da psicanálise e da linguística. Além dessa mistura de disciplinas, tem também os fatores tradicionais e culturais que influenciam na história oral.

Assim, o assunto abordado vai a cada instante sendo mesclado, de acordo com cada sujeito entrevistado, dependendo do lugar onde ele esteja, da

linguagem, do nível de instrução, enfim, depende da realidade de cada indivíduo.

Nessa direção, como cita Matos e Senna (2001) a metodologia de história oral tem como eixo central a memória das pessoas que procuram buscar através dela o passado vivido ou testemunhado.

Essa busca de informações através da memória é uma grande fonte de pesquisa para os acadêmicos em geral e especificamente para os historiadores, pois nem tudo que aconteceu foi registrado em escritos, pelo contrário, muitas histórias de fundamental importância para a sociedade ainda não possui registros, e é justamente através da memória de pessoas que viveram ou testemunharam os momentos que os pesquisadores procuram esse método para que essas histórias não se percam no tempo.

Ao falar sobre memória, Halbwachs (1990), explica sobre memória individual e memória coletiva, as quais transformadas em linguagem constituem a metodologia utilizada nesta pesquisa, chamada história oral.

Conforme cita Halbwachs (1990), a memória individual está diretamente ligada à memória coletiva. Assim ele descreve:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade nunca estivemos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p.25)

Quando foi citado que a memória individual é ligada a memória coletiva, queria-se afirmar que se nós estivermos sozinhos em um determinado espaço, estamos sozinhos apenas em matéria, pois o ambiente está carregado de coisas que nos remetem a lembrar de pessoas, e são essas lembranças que constituem a memória coletiva.

Para esclarecer essa questão utilizaremos o seguinte exemplo: no processo de construção deste trabalho, quando estamos sozinhos diante das fontes de pesquisas, estamos só apenas em matéria, pois nos remetemos a lembrar dos sujeitos pesquisados, do orientador desta pesquisa, dos professores no decorrer do curso, e de vários outros aspectos que envolva o

trabalho. Então essas lembranças vão constituir uma memória coletiva, embora seja um acontecimento que apenas uma pessoa esteja vivendo, mas carregamos em nós uma série de outros atores que nos lembram do desenvolvimento desta pesquisa.

Conforme Verena (2004), a história oral possui uma grande vantagem, que é a questão do vivido, ou seja, quando se faz parte de uma experiência histórica, o passado torna-se mais atraente, mais sólido, tornando-se então algo que fascina, e esse fascínio torna a pesquisa mais prazerosa.

De acordo com o autor acima citado, podemos destacar que a história oral pode ser útil em vários campos de pesquisa, entre eles temos: padrões de socialização e de trajetórias, envolvendo aí pesquisas com indivíduos, grupos e profissões; história de instituições, de organismos privados ou públicos a fim de reconstruir a história organizacional ou administrativa; e, por último podemos enfatizar que essa metodologia pode ser aplicada em pesquisas de histórias das experiências, as quais possamos a compreender como pessoas ou grupos que viveram suas experiências no passado.

São várias as linhas de pesquisas que a história oral compreende, mas citamos estas que são as que mais se aproximam do nosso objeto de trabalho, que abrange pessoas, grupos, instituições e profissões.

Seguindo essa linha de pensamento, o nosso trabalho realizou uma pesquisa historiográfica com pessoas que através de suas lembranças foram contribuindo para a construção do objeto de pesquisa. É claro que a pesquisa foi fundamentada também em registros escritos e posteriormente foi realizado a metodologia de história oral com os profissionais do Centro de Referência de Assistência Social do bairro São Francisco de Cajazeiras.

Para finalizar, ao nosso ver além de prazerosa, a história oral é uma fonte de extrema importância para um trabalho historiográfico, pois além das informações colhidas através do roteiro de perguntas, podemos também observar outros fatores, tais como: comportamento, tom da voz, demonstração de emoções, gestos, entre outros, que acabam enriquecendo a pesquisa.



Sendo assim, segundo a NOB-SUAS (Norma Operacional Básica do Suas) o ideal é que o CRAS seja instalado, prioritariamente, em bairros de uma alta concentração de famílias com renda per capita mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Nesta perspectiva, o bairro São Francisco está de acordo com os padrões exigidos na norma, pois é uma localidade bastante carente, tanto na questão financeira como em serviços comunitários.

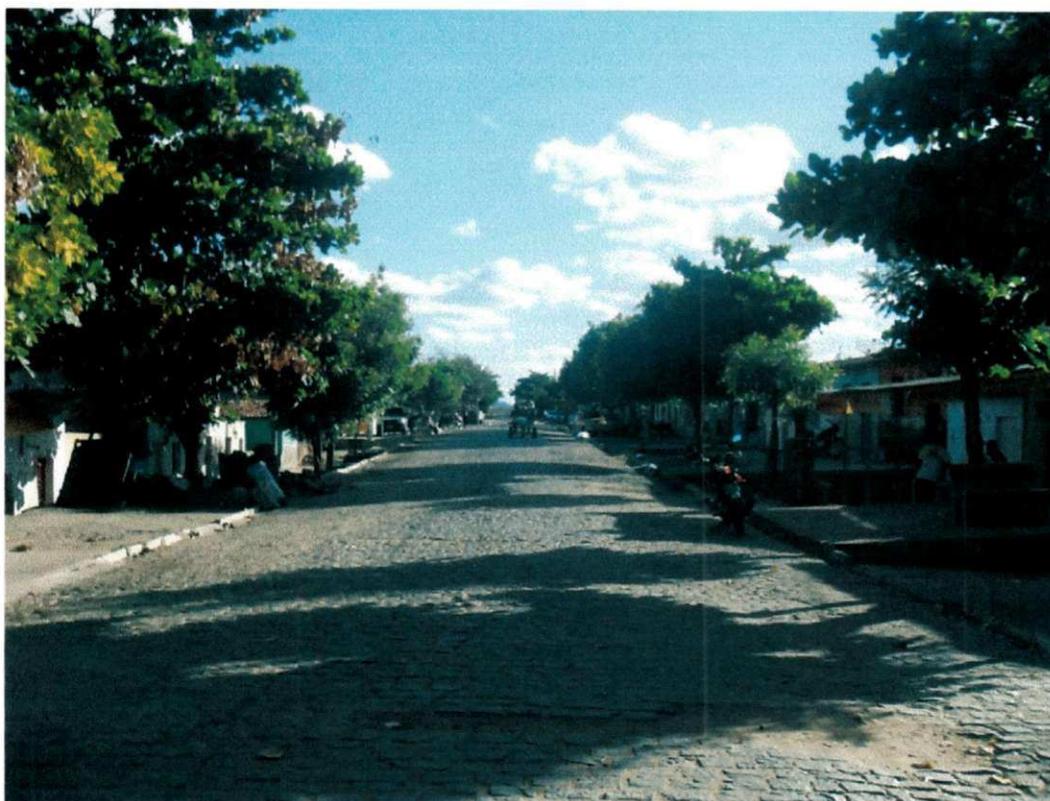


Foto particular da Rua Vitória Bezerra, Bairro São Francisco, onde se localiza o CRAS.

Para a implantação do centro, a Secretaria Nacional de Assistência Social publicou no ano de 2009 uma cartilha com orientações técnicas de como fundar e colocar em funcionamento, a partir de então, cada município tem um norte de como fundar o CRAS.

Nesta cartilha, podemos encontrar sobre as Funções do CRAS, processo de implantação e organização do trabalho, estrutura, período de funcionamento, equipe de referência, entre outras questões que dizem respeito ao funcionamento da instituição.

De acordo com a assistente social, a estrutura física do centro é composta por uma sala de atendimento individual da psicóloga e uma outra sala para os assistentes sociais, uma recepção, dois banheiros, uma brinquedoteca, uma cozinha e uma dispensa, somando ao todo oito cômodos.



Foto particular do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Sendo assim, consta na cartilha que para implantar um CRAS é necessário dispor dos seguintes espaços: recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros.

No que se refere aos funcionários, o Centro de Referência da Assistência Social do Bairro São Francisco atualmente conta com duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma coordenadora que tem como formação a fisioterapia, uma pedagoga, dois vigilantes, uma recepcionista, uma auxiliar de serviços gerais, e uma instrutora de cursos, totalizando dez funcionários para atender a demanda de seis bairros e mais outros que da assistência necessitarem.

Vale ressaltar que todos eles são contratados, ou seja, são profissionais rotatórios e essa rotatividade muitas vezes acaba prejudicando os projetos do centro, uma vez que quando se começa a desenvolver um tipo de atividade

com o público, e a gestão municipal é substituída e os profissionais também são trocados e essa troca às vezes acaba interrompendo as atividades e prejudicando o andamento dos trabalhos.

Ao indagarmos sobre as ações que o CRAS desenvolve, recebemos a informação de que as ações mais frequentes do centro se resumem em encaminhamentos para a rede de articulação intersetorial, visitas domiciliares, quando solicitadas, de acordo com as demandas, formação de grupos e oficinas. Atualmente o CRAS está trabalhando com quatro grupos, um de crianças, um de mulheres, outro de idosos e um de pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais).

Esses grupos são de fundamental importância, pois neles são trabalhadas palestras temáticas, oficinas para a geração de renda, dinâmicas interativas, passeios, comemoração de datas festivas para o resgate da cultura, entre outras atividades.

No caso do centro citado, segundo a assistente social, no grupo de crianças faz-se um trabalho educativo com a pedagoga, a qual trabalha com ensino, jogos educativos, entre outras metodologias. No grupo de mulheres a instrutora de cursos está trabalhando com oficinas, atualmente estão desenvolvendo uma oficina de bordado em ponto cruz. Já no grupo de idosos são realizadas palestras, datas comemorativas e atividades interativas. E no de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, e transexuais) é distribuído preservativos, conversas sobre exclusão, preconceito perante a sociedade, entre outras questões que assolam esses grupos de pessoas.

Neste aspecto, como aponta Simões (2008), o CRAS trabalha no desenvolvimento de fortalecimento de vínculos intrafamiliares, fortalecimento da convivência comunitária, informação, orientação e encaminhamento, inserção nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede de proteção social básica e das demais políticas públicas e sociais.

### **3.2.1 O assistente social**

Nossa pesquisa foi direcionada principalmente às assistentes sociais e a psicóloga do CRAS do bairro São Francisco. Sob a metodologia de história

oral realizamos várias perguntas sobre o centro e sobre a função dos profissionais enquanto inseridos dentro do CRAS.

Para complementar, a nível de curiosidade e também de enriquecimento, realizamos também uma pesquisa um pouco informal com um participante que compõe um dos grupos que o CRAS trabalha, mais a frente iremos detalhar essa questão. Agora daremos ênfase ao trabalho do assistente social no CRAS.

A assistente social entrevistada demonstrou simpatia e atenção com o nosso trabalho, respondendo as indagações bem à vontade, contribuindo muito para o desenvolvimento da pesquisa.

Segundo ela, como o CRAS faz parte da atenção social básica, a função do assistente social é assistir as famílias necessitadas: “nossa função é fazer as visitas domiciliares, encaminhamentos para os setores de acordo com a demanda, e em parceria com a Secretaria de Promoção Social do município fornecemos a assistência mínima que essas famílias necessitam, como sexta básica, aluguel social, medicamento, entre outros”.<sup>4</sup>

Ao falar sobre encaminhamento para os setores fazemos referência ao que chamamos de rede de articulação intersetorial, e sobre essa questão, a cartilha com orientações técnicas do CRAS (2009), pressupõe que a promoção da articulação intersetorial depende de uma ação deliberada, envolvendo a idéia de conexão, vínculo, parcerias, interdependência de serviços, respeito à diversidade e às particularidades de cada setor.

Foi indagado uma questão bastante pessoal, mas que de certa maneira interfere no trabalho do profissional dentro da instituição. Desta maneira perguntamos se a profissional gosta de desenvolver a função de assistente social e se a mesma se envolve com as histórias das famílias atendidas pelo CRAS.

Para responder essa indagação a profissional sentiu-se bastante a vontade e não teve receio de responder que gostava de atuar como assistente social, pois é uma profissão “muito boa”: “ me envolvo com as histórias na medida do possível, porque a gente vê que a demanda que atendemos são pessoas muito carentes e não podemos ter esse sentimento de piedade nem

---

<sup>4</sup> Entrevista cedida no dia 16 de Agosto de 2013, pela assistente social Maria (nome fictício).

de assistencialismo; pelo contrário temos que visar o lado humano reintegrando na sociedade da melhor maneira possível”, afirmou a entrevistada.

Quando realizamos essa indagação pessoal, queremos mostrar que o trabalhar com amor e o trabalhar apenas pela remuneração tem muita diferença no cotidiano do profissional, pois quando gostamos do que fazemos os resultados são mais positivos e menos cansativos para o profissional, e quando trabalhamos sem gostar apenas pelo salário, o dia a dia do profissional fica mais desgastante e muitas vezes acaba afetando o resultado do trabalho.

Com relação se a profissional se envolve com as histórias das demandas, queremos mostrar que por mais que exista uma palavra chamada “ética” e outra “neutralidade”, sabemos que são seres humanos e estão lidando com outros humanos.

Então no processo de construção de relatórios e preenchimento de fichas é necessário se comportar de maneira imparcial, porém é praticamente impossível chegar a uma residência com uma família que esteja passando por muitas dificuldades em educação, saúde, desemprego, drogas, prostituição e não acabar de alguma forma se envolvendo emocionalmente, sobretudo quando o profissional termina o expediente de trabalho.

Seguimos com a nossa entrevista e perguntamos à nossa entrevistada que embora ela trabalhe no CRAS, ela realmente acredita que o que é colocado na teoria é realmente feito na prática.

Assim, tivemos a seguinte resposta:

Dentro de suas possibilidades sim. Porque ele busca reintegrar o indivíduo que se encontra em vulnerabilidade social a sociedade e disponibilizar os recursos da atenção básica o que é uma assistência prévia para amenizar a situação de precariedade daquele momento.

Nesse sentido, a assistente social fez referência à questão de que muitas vezes as pessoas querem que o CRAS faça “milagres”, e não é exatamente assim, pois tudo vai depender do fator burocrático, da territorialização, e também dos recursos disponibilizados.

Sendo assim, a função do assistente social do CRAS é de fundamental importância, pois se torna um profissional que faz uma ponte entre a sociedade

e o governo, ou seja, faz a ligação entre o poder público e a sociedade necessitada das Políticas Públicas.

Contudo, vale ressaltar, que ao procurarmos a outra profissional da mesma categoria citada, não foi possível entrevistá-la, devido ao tempo. Segundo ela, o tempo de sua agenda estava bastante “corrido”, portanto não foi disponibilizada oportunidade para que nós possamos realizar a entrevista.

É importante destacar que trabalhar com história oral é muito prazeroso e interessante, porém é uma metodologia que não são apenas “flores”, pois também existem “espinhos” ou seja, não é algo que depende apenas do pesquisador, pelo contrário, como existem outras pessoas envolvidas que são os pesquisados, é necessário que saibamos respeitar e compreender as decisões deles.

### **3.2.2 O psicólogo**

Conforme já citado além da assistente social, pesquisamos também a psicóloga, com a mesma metodologia de história oral, e com algumas indagações pessoais no que dizem respeito ao profissional.

Primeiramente é importante destacar a sensibilidade do profissional pesquisado, e sua atenção com o nosso trabalho, fatores que nos alegram e motivam a pesquisa.

Esse ambiente agradável nos deixou mais a vontade, para dar continuidade à pesquisa, sendo assim, a primeira indagação realizada a psicóloga foi referente à função dela dentro do CRAS.

Demonstrando segurança à psicóloga afirmou que seu trabalho entra nos atendimentos individuais, de grupos, nas orientações às famílias, nas visitas domiciliares juntamente com a assistente social e nos grupos de convivência que o CRAS trabalha, que conforme citado são os grupos de crianças, mulheres, idosos e LGBT através de palestras.

Sabemos que o psicólogo é um profissional que trabalha o estudo do comportamento humano e também dos processos mentais. E é esse profissional que o governo disponibiliza no CRAS gratuitamente para a população que está em situação de vulnerabilidade, pois essa condição muitas vezes acaba afetando o comportamento das pessoas.

Uma outra indagação realizada refere-se ao fato da psicóloga gostar de exercer a sua função e se a mesma durante o processo de atendimento acaba se envolvendo com as demandas. Para responder, a profissional afirmou: “Gosto sim. Tenho quatro meses que estou atuando no CRAS, estou gostando da experiência, antes eu estava no CAPS infantil”. Entrevista cedida pela psicóloga Ana (nome fictício) no dia 19 de Agosto de 2013.

Com relação ao envolvimento, ela afirmou que se envolve até certo ponto, pois quando sai do trabalho ela não fica pensando nas histórias que ela atende, afinal são tantos casos que não tem condições psicológicas de ficar pensando em todos os atendimentos.

Podemos perceber que o psicólogo de uma certa forma já possui uma preparação para não se envolver com as histórias das famílias, afinal como um profissional que estuda a mentalidade e o comportamento ele mesmo não pode se deixar levar pelas dificuldades dos outros.

Por exemplo, segundo a psicóloga, neste ano de 2013, de janeiro a agosto, foram atendidas o total de 190 famílias. Então se a profissional for se deixar envolver pessoalmente com todas essas demandas certamente quem precisará de um atendimento psicológico será a própria psicóloga do CRAS.

Continuamos a nossa pesquisa, e indagamos se a proposta que é feita na teoria com relação as ações do CRAS é praticado na prática, e a entrevistada foi bem clara com sua resposta primeiramente se resumiu na palavra “não”.

Depois ela complementou que o CRAS às vezes deixa a desejar, principalmente com relação às oficinas de geração de renda que são oferecidas, pois lá são ensinados para os usuários técnicas de como exercer algum trabalho, tais como ponto cruz, doces caseiros, entre outros, para que quando o usuário deixar de freqüentar o CRAS ele possa exercer alguma função na sociedade e possa ganhar sua própria renda, não dependendo apenas de programas de auxílio do governo.

E pensando nisso a psicóloga afirmou que muitos saem das oficinas e mesmo assim não conseguem montar seu ponto de trabalho ou conseguir trabalho em outras empresas, portanto o CRAS é falho nesse aspecto.

Inclusive muitos que não conhecem a proposta do CRAS acham que é apenas uma instituição para oferecer emprego aos profissionais, porém um de

seus princípios é justamente esse o de proporcionar a população atendida uma fonte geradora de renda e não dependa exclusivamente de programas e benefícios de auxílios.

Assim, concluímos que tanto o assistente social como a psicóloga compõem uma equipe de técnicos que cada um, em sua função, trabalham na perspectiva de inserção do indivíduo que está precisando dos serviços do CRAS, serviços estes que estão voltados sempre para a população que vive em vulnerabilidade social.

### **3.3.3 Os usuários**

O público que a unidade estatal atende é bastante carente, não somente na área financeira, mas também em outros fatores, como por exemplo, carente em educação, emprego, moradia, entre tantos outros.

Vale ressaltar que a maioria das famílias atendidas são beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família), que segundo o MDS (2013), é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, que possui renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais.

Durante a nossa entrevista com a assistente social realizada no CRAS, tivemos o prazer de nos encontrar com alguns idosos que fazem parte do grupo, o qual estava prestes a acontecer à reunião. Na ocasião entrevistamos informalmente uma participante de 78 anos de idade, a fim de conhecer o lado do indivíduo assistido.

Primeiramente, fizemos a nossa identificação, e de maneira bastante tranquila a senhora respondeu as nossas indagações, se mostrando que de alguma forma estava contribuindo para o trabalho.

Calmamente, a idosa afirmou que é aposentada e viúva, reside em uma casa alugada no bairro São Francisco, e já faz parte do grupo de idosos há sete anos.

Ao indagarmos sobre o que mudou na vida antes e depois dela participar do grupo, ela disse que mudou muita coisa, a começar pela auto estima que aumentou, e depois pela sensação de não está excluída da sociedade, ou seja,

tem alguém que se preocupa com esse tipo de população. Continuamos a nossa conversa e ela disse "adoro aqui, aqui é muito bom, estou feliz".

Sabemos que a população idosa é um tipo de usuário do CRAS bastante delicado, pois a maioria deles se sentem excluído da sociedade por já estarem em uma idade que não conseguem ter tanta força e equilíbrio como os jovens, não conseguem ter tanto raciocínio, entre outras questões que os acabam limitando. Neste contexto, Bosi resume claramente essa questão, afirmando que "O velho não tem armas. Nós é que temos que lutar por ele".

Ao ser indagada se além do grupo ela utiliza outro serviço do CRAS, ela respondeu "não, participo apenas do grupo, sou aposentada e mesmo no aperto, dá pra sobreviver sem outra ajuda do CRAS".

Além de grupos de convivência o CRAS também oferece outros serviços, como encaminhamento e visitas domiciliares, no entanto, conforme a senhora afirmou ela participa apenas do grupo de idosos, e ao participar de lá, ela já possui muitos benefícios, tais como: informações, comemoração de datas festivas, dinâmicas interativas, passeios e outras atividades que acabam contribuindo para que o idoso possa ter uma melhor qualidade de vida e seja incluído na sociedade.

Então, durante a conversa com a idosa podemos perceber o grau de satisfação, por ter um serviço perto de casa, gratuitamente que também direciona seus serviços aos idosos.

Nesse sentido, as ações com os usuários do CRAS são trabalhadas a partir da perspectiva sócio-educativa, no sentido de trabalhar o fortalecimento da cidadania e fazer com seus direitos sejam usufruídos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção e implementação das Políticas Públicas voltadas para as classes menos favorecidas, perpassou um período de muitas lutas e reivindicações populares, que gritavam por políticas governamentais de proteção e assistência a população carente por parte do governo.

Nesse processo, o surgimento das Políticas Públicas no Brasil, que se deu no ano de 1980 durante o período ditatorial, tinha como eixo a centralização decisória e financeira na esfera federal, ou seja, os Estados e municípios tinham o papel de apenas executar as idéias formuladas pelo governo federal.

Nesse contexto, em 1985 e 1986 surgiu vários programas de direcionados para suplementação alimentar, reforma agrária e seguro-desemprego. Já no que se refere à questão legislativa, em 1988 houve a promulgação da nova Constituição Federal, que simbolizou um grande avanço, sobretudo no que diz respeito à Política de Assistência Social, no âmbito da seguridade social, ampliando os direitos principalmente na área trabalhista.

Seguindo a trajetória, no ano de 1993 tivemos um grande progresso com a promulgação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), a qual dispõe a respeito a organização da assistência social e outras determinações, esclarecendo que ela é um direito do cidadão e dever do Estado, é também uma política de seguridade social não contributiva, que provê pelo menos os mínimos sociais.

Mais tarde no ano de 2003, surge o SUAS (Sistema Único da Assistência Social), que é um sistema descentralizado, democrático e participativo, regulando e organizando os serviços, projetos, programas e benefícios sócioassistenciais, continuados ou eventual.

Apesar desses avanços, que foram bastante significativos na área, é necessário citar que a Política de Assistência Social é uma política nova, e seu processo de afirmação ainda está caminhado, portanto, ainda falta muito para que seja mais eficaz, como por exemplo: mais recursos, mais profissionais, mais capacitação, mais projetos, entre tantos outros fatores.

Ao longo do trabalho citamos sobre a Proteção Social Básica, na qual o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) está inserido, pois é uma proteção de caráter preventivo, ou seja, trabalha no sentido de prevenir problemas sociais, como por exemplo, palestras e oficinas sobre drogas que procuram retirar jovens das ruas ou mesmo do ócio, e trabalhar na perspectiva de que esses jovens não entrem no mundo das drogas, através de conscientização e ocupação com atividades, assim, não sobra tempo para pensar em drogas.

De acordo com o MDS (2013), a Proteção Básica é executada por meio de várias unidades públicas estatais, dentre elas está o CRAS, que tem como função social a atenção básica aos beneficiários. Assim, é uma proteção que incide sobre famílias, seus membros e indivíduos, que estão em situação de vulnerabilidade social, mas seus direitos ainda não foram violados.

E o CRAS procura justamente isso, buscar meios de fazer com que os indivíduos não tenham seus direitos violados, através de muitos caminhos, sobretudo por meio de socialização de informação, ou seja, quando o indivíduo é alertado sobre algo, logo ele, fica esperto e não deixa que passem por cima de seus direitos.

Nesta perspectiva, de acordo com a pesquisa realizada, ressaltamos que o CRAS de Cajazeiras conta com uma rede de articulação intersetorial, a qual constata que o centro não trabalha isolado, pelo contrário trabalha articulado com vários setores locais, que abrange a saúde, a educação, a justiça, e outras áreas.

Dessa forma, quando não compete ao CRAS realizar uma determinada ação, ele logo encaminha o usuário a uma instituição que faz parte da rede, por exemplo, se um usuário procura o CRAS para um benefício eventual de um aluguel de casa, a equipe realiza uma visita domiciliar ao usuário que tenha solicitado, depois faz o relatório social baseado nas informações e na observação e encaminha para o setor de benefícios da Secretaria de Promoção Social da cidade de Cajazeiras. Esse setor que é responsável por esse benefício e não o CRAS, que tem o papel nessa situação de realizar os procedimentos acima citados e de encaminhar.

Inclusive vale destacar que o encaminhamento, é uma das principais ações que CRAS realiza.

Para finalizar, de acordo com a pesquisa realizada, destacamos que apesar das dificuldades, o CRAS trabalha no caminho de melhorar e oferecer uma qualidade de vida a população assistida. Mesmo, com os inúmeras problemas que assombram essas instituições públicas, que lidam com pessoas carentes não somente em recursos materiais, mas também carentes em educação, saúde, emocionalmente, entre outros.

Com relação à teoria e a prática, sabemos que existe sim um distanciamento entre o que colocado na teoria e o que é feito na prática, mas esse distanciamento está sendo aos poucos diminuído, afinal gradativamente a assistência social e suas vertentes estão se firmando e buscando seu espaço na sociedade, espaço tanto de reconhecimento como de recursos financeiros para que a política possa atuar com uma maior abrangência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. Disponível em <http://www.pagupsol.org/textos/balancodoneoliberalismoperryanderson.pdf>, acessado em 13 de maio de 2013.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil**: heranças, tendências e desafios. Rio de Janeiro: FASE, 2003. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/taniabacelar.pdf>, acessado em 27 de maio de 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Brasília, 2013. Disponível em <http://www.mds.gov.br/suas>. Acesso em 30 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

CLEMENTINO, JosbertiniVirginio. **As políticas de juventude na agenda pública brasileira**: desafios e perspectivas. Fortaleza: Meta, 2011.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1990.

MACHADO, Ednéia Maria ; KYOSEN, Renato Obikawa. **Política e Política Social**. Brasil, 1988/1998.

Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n1\\_politica.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_politica.htm), acessado em 25 de maio de 2013.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. Rio Grande, 2011.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do WelfareState no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990**. Brasília, 2001, disponível em:

[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/a\\_trajetoria\\_do\\_welfare\\_state\\_no\\_brasil\\_papel\\_redistributivo\\_das\\_politicas\\_sociais\\_dos\\_anos\\_1930\\_aos\\_anos\\_1990.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/a_trajetoria_do_welfare_state_no_brasil_papel_redistributivo_das_politicas_sociais_dos_anos_1930_aos_anos_1990.pdf), acessado em 05 de junho de 2013.

MOTA, Elizabete (org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

REGAL, Haroldo Mescolin (Coordenador-Geral). **Os Presidentes e a Ditadura Militar**. Acervo Nacional. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Os%20presidentes%20e%20a%20ditadura%20militar.pdf>, acessado em 06 de junho de 2013.

RÉGIS, André. **Do liberalismo à terceira via; reflexões para a discussão do modelo de estado brasileiro**. Disponível em: <http://www.unicap.br/Neal/artigos/Texto8AndreRegis.pdf>, acessado em 19 de junho de 2013.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito de serviço social**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, V 9, Nº 2, 2010, p. 286 - 297. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7032/5781>,  
acessado em 05 de Julho de 2013.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

## SITES CONSULTADOS

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=25&search=paraiba>,  
acessado em: 24 de Julho de 2013.

<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>, acessado em: 03 de Junho de 2013.

<https://maps.google.com.br/>, acessado em 24 de Agosto de 2013.

# Apêndice



Universidade Federal  
de Campina Grande



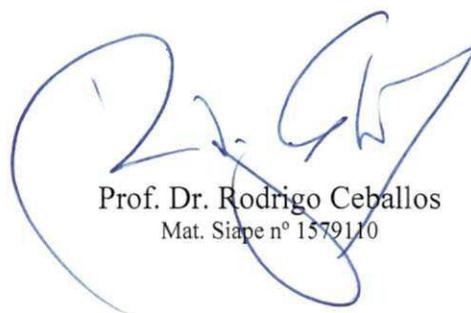
## CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezada Senhora, venho por meio desta, **apresentar a aluna SAMARA GONÇALVES SANTANA** (RG 3048141 SSP/PB), aluna matriculada no Curso de Licenciatura Plena de História da UFCG (MAT. 2072302011), em fase de elaboração de sua monografia de Conclusão de Curso intitulada: “O CRAS e as políticas públicas no Alto Sertão Paraibano: entre projetos e práticas (Santa Helena e Cajazeiras, 1990-2010)”.

Solicito a Vossa Senhoria o livre acesso da referida aluna para conhecer o espaço físico do Centro, assim como possibilitar entrevistas aos seus funcionários e famílias assistidas.

Desde já agradeço sua compreensão e apoio para o desenvolvimento da referida pesquisa.

Att.,



Prof. Dr. Rodrigo Ceballos  
Mat. Siape nº 1579110

Cajazeiras, 09 de agosto de 2013



Universidade Federal  
de Campina Grande



## CARTA de CESSÃO para ENTREVISTA

Prezada Senhora, eu, **SAMARA GONÇALVES SANTANA** (RG 3048141 SSP/PB), aluna matriculada no Curso de Licenciatura Plena de História da UFCG (MAT. 2072302011), em fase de elaboração de monografia de Conclusão de Curso intitulada: “O CRAS e as políticas públicas no Alto Sertão Paraibano: entre projetos e práticas (Santa Helena e Cajazeiras, 1990-2010)”, desejo que Vossa Senhoria ceda os direitos autorais de minha entrevista gravada em \_\_\_\_\_ (DATA) para que possa usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.

\_\_\_\_\_  
(entrevistado)

\_\_\_\_\_  
(entrevistador)

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_

de 2013